

O trabalho em tempos modernos

Fabiane Konowaluk Santos¹

A Vida Para o Trabalho

O mundo do trabalho passou por muitas transformações, e nada mais oportuno do que falar delas nos dias atuais. Domenico de Masi² afirma que existem mais de mil nomes para designar a fase em que vivemos atualmente. Embora as denominações mais comuns sejam em referência à “revolução da informação”³, elas vão desde a “sociedade do capitalismo avançado”⁴, até a “terceira onda”⁵ ou ainda a “era da descontinuidade”⁶. O fundamental é que vivemos importantes transformações no mundo do trabalho.

É uma evidência de que este é um dos aspectos em que a vida mais mudou, mesmo levando-se em conta um passado recente.

“ Nos últimos 25 anos deste século que se encerra, uma revolução tecnológica com base na informação transformou nosso modo de pensar, produzir, consumir, negociar, administrar, comunicar, viver, morrer, fazer guerra e fazer amor.”(Castells, M. “A era da informação: economia, sociedade e cultura.” SP, Paz e Terra, 2000, Vol. 1, p.27)

Se excluirmos os movimentos políticos como a Revolução Francesa, a soviética, chinesa e a cubana, que alteraram localmente⁷ a ordem política destes países, mas que acabaram por determinar outras conseqüências mundiais, pode-se pensar que a primeira revolução global no mundo ocidental aconteceu há pouco mais de 500 anos, e ficou conhecida como a “Descoberta do novo mundo”⁸. A última ocorreu há cerca de 200 anos, conhecida como “Revolução Industrial”⁹ iniciada na Inglaterra.

¹ Psicóloga, Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Bolsista CNPq, integrante do Núcleo de Saúde do Trabalhador NEST/PUCRS

² Citado por Domenico de Masi em “A sociedade pós-industrial”(1999)

³ Descrita por Pierre Levy em “Cibercultura” (1999)

⁴ Conforme denominou o economista canadense John Kenneth Galbraith (1999)

⁵ Proposta por Alvin Toffler (1980)

⁶ Conforme Peter Drucker (1998)

⁷ Não excluindo-se as conseqüências mundiais decorrentes dessas revoluções políticas

⁸ Expressão utilizada por Eduardo Bueno (1998)

⁹ Citada por Salama (1975)

Resumir em poucas linhas o profundo significado político, econômico e estrutural da Revolução Industrial é tarefa para poucos, e este não é o propósito deste artigo. Nosso tema é o trabalho, que sofreu profundas modificações, sempre atreladas ao modo de produção capitalista. A Revolução Industrial nada mais é do que a implantação deste modo de produção, ou seja, a transformação operada na distribuição espacial do processo de produção.¹⁰

Pensar a preponderância da fábrica como um espaço onde se concentram a energia, os instrumentos, a matéria-prima e os trabalhadores que, juntos, produzem as mercadorias a serem trocadas no mercado, significou o fim de processos produtivos que tinham como característica a dispersão geográfica. Isto significa que antes das fábricas, utilizando como exemplo o início da produção têxtil, onde os fios eram produzidos por fiandeiras, cada qual em sua casa, cada qual proprietária de seus instrumentos de trabalho, mas não da matéria-prima. O proprietário desta matéria-prima ia, então, de casa em casa em determinada região, distribuindo a lã e recolhendo os fios, pagando pelo trabalho realizado.¹¹

Este sistema, chamado de “*putting out*”¹², foi suplantado pela produção concentrada em um só local, que permitia maior controle de trabalho, melhor encadeamento das diversas fases do processo produtivo, maior produtividade, maior extração do valor gerado pelo trabalho.

Atualmente, a revolução da informação está fazendo exatamente o contrário do que fez a revolução industrial: certos tipos de trabalho, como por exemplo a criação de Web sites, se faz de maneira dispersa, cada trabalhador em sua casa, cada um proprietário dos meios de produção (computadores, softwares, etc.). Cada qual detentor de conhecimento específico para a função, sem deixar de ter também formação diferenciada, tornando este tipo de trabalho, na maioria das vezes artesanal, por ter características únicas.

Dessa forma, percebe-se que o trabalho, fruto do progresso tecnológico deste início de milênio parece estar, na verdade, recuperando suas antigas formas individuais, já descritas nos parágrafos anteriores.

Se pensarmos na evolução da dicotomia casa/fábrica, percebemos que atualmente não precisamos mais morar em grandes centros urbanos. O moderno é morar nos arredores, com um estilo quase hippie de vida: no campo, longe dos engarrafamentos e do caos urbano, bem ao contrário do início do século XX, onde a classe operária acabava por ter que viver ao lado das

¹⁰ De acordo com o pensamento desenvolvido por Rosa M. Marques (1997)

¹¹ Salama, 1975

¹² Idem

fábricas (ou o mais próximo possível) para poder dar conta da exigência da carga horária exaustiva que os impossibilitava de perder tempo com o deslocamento até as residências que até então ficavam, em sua maioria, nos arredores das cidades, criando-se desta forma os grandes centros urbanos, que acabaram por determinar um estilo de vida conhecido até hoje.

O trabalhador eficiente

Atualmente, ao se falar em trabalho, falamos em casa também. O trabalho em casa hoje é a grande tendência do mercado. Mas este estilo de vida moderna, que associa calma, tranquilidade e tempo a uma maior qualidade de vida tem um preço: a confusão entre a vida doméstica e a vida profissional.

A ausência de limites que definam os espaços entre vida profissional e vida doméstica, é uma estranha e perigosa mistura, que ocasiona a invasão do trabalho na vida dos sujeitos, aumentando a jornada de trabalho, e em alguns casos, colabora para a exaustão, gerada por horas contínuas e ininterruptas de esforço físico e psíquico.

Indo mais além, outro fator importante a destacar é o do aproveitamento do tempo livre, ou tempo de ócio. Como levamos o trabalho para casa e escolhemos como e quando trabalhar, surge um outro problema na vida do trabalhador: o que fazer quando não estamos trabalhando, como nos coloca Domenico de Masi quando diz que

“O progresso técnico logo nos permitirá delegar às máquinas quase todo o trabalho físico e parte do trabalho intelectual. Mas o homem terá sempre o monopólio das atividades criativas, e a escola deve prepará-lo para esta tarefa. No entanto, há uma nova matéria a ser estudada: como viver bem o tempo livre.” (Domenico de Masi, artigo In: Revista Teletema n 12, 1998)

A conclusão de tudo isto é a incerteza da quantidade de tempo de nossas vidas em que nos dedicamos ao trabalho. Esta seria uma importante questão: quanto tempo somos envolvidos e nos dedicamos para o tipo de trabalho que desenvolvemos? A partir desta questão, pode-se pensar em que tipo de exigências o mercado faz aos trabalhadores da hoje?

O importante e fundamental, então, é a necessidade de estarmos atentos às transformações que ocorrem. É preciso, no mundo do trabalho, incorporar idéias como qualidade, satisfação e

criatividade, que não estão ao alcance da maior parte da população, pois não recebe treinamento para desenvolver estas habilidades.

Um aspecto importante a se analisar é que a então preconizada flexibilização do mercado de trabalho envolve, na verdade, o fim de diversas garantias sociais, sugerindo um movimento do qual podemos referir tratar-se de flexibilização dos direitos sociais. Esta flexibilização passa a ser a base popular para que nelas sejam buscadas alternativas que, em última instância, estão calcadas nas diretrizes impostas pelo setor econômico, que se impõe ao social.

Desta forma, ocorre uma sucessão de medidas como: redução dos encargos sociais e desregulamentação do mercado de trabalho. As garantias que a princípio representavam um benefício, um amparo, acabam por tornar-se um fardo para os empregadores, que justificam desta forma a redução da oferta de empregos, contribuindo para o aumento progressivo da desigualdade existente.

A tentativa de diminuir as desigualdades no capitalismo acaba gerando uma grande contradição. A política que deveria defender o trabalhador acaba comprometendo sua integridade, bem como a manutenção de sua sobrevivência.

A forma pela qual a desigualdade expressa nas políticas sociais inspiradas pelos pressupostos da social democracia é dura com a população que deveria ser diretamente beneficiada por ela. A própria idéia neoliberal de privatização da máquina pública¹³ acaba onerando os trabalhadores sem garantir a contrapartida da Assistência Social, ou seja: destrói antigos direitos sem que sejam assegurados novos benefícios. É cada um por si, o que lembra velhos e conhecidos modelos de exclusão social.

Esta realidade é antiga. Já é tradicional escutarmos autores das mais diversas áreas do conhecimento colocando a idéia de que a maioria sustenta os privilégios da minoria como um fenômeno histórico e estrutural, variando apenas os instrumentos colocados de forma a produzir, manter e recuperar privilégios. A sociedade capitalista tem como marca a discriminação, historicamente tão bem estruturada quanto o poder que dela emana.

A forma pela qual Demo¹⁴ trabalha a idéia de que política social não acaba com a exclusão por ela ser somente uma estratégia de confronto interminável com ela própria faz sentido. De acordo com esse ponto de vista, o confronto com a exclusão apenas pode realmente

¹³ Privatizada pela idéia de ser obsoleta e não auto-sustentável, de acordo com o pressuposto teórico neoliberal.

¹⁴ Para maiores esclarecimentos consultar a obra "Cidadania Tutelada, Cidadania assistida", Pedro Demo, 1995.

se configurar se conduzido pelos próprios excluídos, mesmo que apoiados por outros segmentos da sociedade.

Por esta lógica, temos na política a maior das exclusões sociais. Ela é que faz o excluído não perceber sua própria marginalidade, tornando-o apenas um objeto de ajudas e privilégios ocasionais. Este, ao meu ver, é o maior perigo das democracias atuais.

Conclusões

Quando Faleiros¹⁵ coloca a relação de trabalho como fator condicionante dos sujeitos ao processo de educação, por exemplo, ele reduz sua parcela de participação, ou seja, o sujeito que participa mais é aquele com maior poder econômico. A correlação de forças ocasionada pela desigualdade, seja ela fragilizada ou fortalecida, é que fazem estes sujeitos avançar ou recuar diante de suas possibilidades

A idéia descrita acima está em concordância com o ponto de vista de outros autores, como Cornely¹⁶ que coloca ainda que o conflito central do modelo capitalista “Capital x Força de Trabalho”, mudou para “Estado x Cidadania”. Esta é a importância do trabalho de desenvolvimento de uma consciência crítica: a construção da cidadania.

Para Draibe¹⁷ o problema do nosso país é que a concentração de renda associada ao controle do capital colabora para a construção de um sistema de políticas sociais do tipo “conservador”¹⁸. Apesar de alguns progressos, ainda estamos presos ao jogo produzido pelos interesses econômicos, o que é de difícil resolução.

Visto o leque de contribuições dos autores aqui citados, este artigo pretende refletir em que medida consideramos como política social o que efetivamente não é, e se isso está sendo utilizado para “maquiar” de alguma forma a realidade social em que vivemos.

Sabe-se que o direito à Assistência Social já é parte dos Direitos Humanos, e é um dos direitos fundamentais, pois está indissociavelmente ligado a questões da sobrevivência e qualidade de vida. Mas por outro lado é importante que nós, trabalhadores sociais, tenhamos claro que combater a exclusão apenas pela via assistencial não é eficiente. Esta abordagem

¹⁵ Na obra “Estratégias em Serviço Social”, 1997, p. 47

¹⁶ “El Trabajo Social en el Desarrollo Social”. Palestra Proferida na Convención Nacional de trabajo Social, México, 1993.

¹⁷ Artigo publicado na Revista Lua Nova, n 31,1993, p. 06

¹⁸ Idem, expressão da autora.

embora necessária dissociada de outras, reduz o cidadão a uma pessoa que necessita de proteção. Algo que a sociedade capitalista faz há muito tempo, e vivemos criticando.

Em verdade, a “nova” sociedade do trabalho evidencia desigualdades que o capitalismo nunca conseguiu resolver, e outras que vão sendo gestadas pelas atuais transformações do mundo do trabalho, expondo a “veia aberta” e latente da construção exacerbada da desigualdade e exclusão social que vivemos em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUENO, Eduardo. “A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral.” RJ, Objetiva, 1998.
- CASTELLS, Manuel. “A era da informação: economia, sociedade e cultura.” 2º ed. SP, Paz e Terra, vol. 1, 2000.
- CORNELY, Seno. “El Trabajo Social en el Desarrollo Social”. Palestra proferida na Convención Nacional de Trabajo Social, México, 1993, Anais.
- DEMO, Pedro. “Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida.” Campinas, SP, Autores Associados, 1995.
- DRAIBE, Sônia. “Qualidade de vida e reforma de programas sociais: o Brasil no cenário Latino-Americano.” Artigo. In: Revista Lua Nova, SP, nº 31, 1993.
- DRUCKER, Peter. “Administrando em tempos de grandes mudanças.” 5º ed. SP, Pioneira, 1998.
- FALEIROS, Vicente de Paula. “Estratégias em Serviço Social.” 2º ed. SP, Cortez, 1999.
- GALBRAITH, John K. “A anatomia do poder.” 4º ed. SP, Pioneira, 1999.
- LEVY, Pierre. “Cibercultura.” SP, Editora 34, 1999.
- MARQUES, Rosa Maria. “A proteção social e o mundo do trabalho.” SP, Bienal, 1997.
- MASI, Domenico. “A sociedade pós-industrial.” 2º ed. SP, SENAC, 1999.
- _____. “Se a vida sofre mudanças, também a escola deve mudar.” Artigo In: revista Telema, n 12, 1998.
- SALAMA, Pierre e VALIER, Jaques. “Uma introdução à economia política.” RJ, Civilização Brasileira, 1975.
- TOFFLER, Alvin. “A terceira onda.” 7º ed. RJ, Record, 1980.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

FALEIROS, Vicente de Paula. “Desafios do Serviço Social na era da globalização. In. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 61, SP, Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. “O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. SP, Cortez, 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. “O Serviço Social na transição para o próximo milênio. Artigo. In. Revista do Serviço Social e Sociedade, nº 57, SP, Cortez, 1998.